



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Nota Técnica n.º 14/06

**Avaliação da Receita Primária Prevista
Relatório de Reprogramação Orçamentária do
Quarto Bimestre – Exercício Fiscal de 2006**

**Núcleo de Receita
Maria Emilia Miranda Pureza**

CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
Núcleo de Receita

NOTA TÉCNICA Nº 14/2006

AValiação de RECEITAS PRIMÁRIAS – 4º BIMESTRE DE 2006

1. Considerações Iniciais

Em cumprimento aos arts. 75 e 76 da LDO – 2006, que prevê a obrigatoriedade de publicação do cronograma mensal de desembolso mensal do governo federal, o Poder Executivo encaminhou à apreciação da Comissão Mista de Orçamento, Planos e Fiscalização Financeira o Relatório de Reavaliação de Receitas e Despesas Primárias relativo ao 4º bimestre de 2006.

O documento contém a reavaliação bimestral de receitas primárias dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para o exercício de 2006, em cuja apuração foram incorporados a receita preliminar até o mês de agosto e os parâmetros macroeconômicos mais recentes estimados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

As sucessivas reavaliações dos parâmetros macroeconômicos, realizadas ao longo do exercício, podem ser observadas no quadro a seguir:

Parâmetros Macroeconômicos - 2006

Parâmetros	PLOA	LOA	Reav. 1º Bim	Reav. 2º Bim	Reav. 3º Bim	Reav. 4º Bim
IPCA Acum (%)	4,51	4,60	4,50	4,50	3,69	3,27
IGP-DI Acum (%)	5,48	4,86	4,44	2,36	3,50	3,77
PIB Real (%)	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50	4,00
Selic Mensal Média (%)	16,50	15,80	16,18	15,48	15,52	15,17
Câmbio Médio (R\$/US\$)	2,71	2,33	2,33	2,16	2,20	2,18
Preço Médio Petróleo (US\$)	58,24	65,00	59,89	67,67	69,58	65,99
Reajuste Sal. Mínimo (%)	7,07	4,72	16,67	16,67	16,67	16,67
Reajuste Benef. Previd. (%)	5,03	3,88	3,73	5,00	5,00	5,00

A redução na estimativa da taxa de inflação, do câmbio médio e, mais recentemente, do crescimento do PIB real exerceram efeitos sobre as projeções de alguns dos principais itens da receita, conforme pode ser observado através da Tabela “Receita Primária Líquida do Governo Central”, que compara os valores da receita prevista na LOA –2006 com na três reavaliações bimestrais, realizadas nos meses de março, maio e setembro.

A reavaliação das receitas primárias relativamente ao segundo bimestre foi realizada juntamente com a aprovação tardia da lei orçamentária de 2006 (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006) À época verificou-se a necessidade de um contingenciamento nas despesas discricionárias no valor de R\$ 14,2 bilhões, para fins de cumprimento das metas de resultado primário. Esse ajuste decorreu primordialmente do aumento nas projeções de despesas obrigatórias, especialmente as vinculadas ao salário mínimo, e da aprovação de créditos

extraordinários. Já pelo lado das receitas, ocorreu um corte drástico de R\$ 6,1 bilhões nas projeções da receita administrada pela Secretaria da Receita Federal, que foi integralmente compensada por uma revisão a maior de R\$ 6,2 bilhões no valor da receita com dividendos

RECEITA PRIMÁRIA LÍQUIDA DO GOVERNO CENTRAL

Discriminação	Realizado 2005		Lei 2006		Avaliação 2º Bimestre (Decreto 5.780/06)		Avaliação 3º Bimestre (Decreto 5.861/06)		Avaliação 4º Bimestre (Decreto 5.925/06)	
	R\$ Milhões									
	(A)	% PIB	(B)	% PIB	(C)	% PIB	(D)	% PIB	(E)	% PIB
I. RECEITA TOTAL	491.214	25,4	545.902	25,9	543.517	25,8	549.401	26,1	549.730	26,3
I.1 Receita Administrada	333.008	17,2	364.461	17,3	358.363	17,0	362.318	17,2	361.059	17,3
I.1.1. Imposto de Importação	9.020	0,5	10.197	0,5	9.534	0,5	9.865	0,5	9.817	0,5
I.1.2. IPI	24.452	1,3	28.073	1,3	25.738	1,2	27.419	1,3	27.080	1,3
I.1.3. Imposto de Renda	115.286	5,9	125.944	6,0	127.798	6,1	129.281	6,2	128.822	6,2
I.1.4. IOF	6.098	0,3	6.787	0,3	6.759	0,3	6.829	0,3	6.851	0,3
I.1.5. COFINS	86.581	4,5	94.007	4,5	91.688	4,4	91.425	4,4	91.372	4,4
I.1.6. PIS/PASEP	21.585	1,1	23.912	1,1	23.949	1,1	24.083	1,1	24.270	1,2
I.1.7. CSLL	25.843	1,3	27.811	1,3	28.142	1,3	28.425	1,4	28.247	1,4
I.1.8. CPMF	29.007	1,5	32.153	1,5	32.297	1,5	32.410	1,5	32.393	1,6
I.1.9. CIDE combustíveis	7.680	0,4	7.729	0,4	8.049	0,4	8.045	0,4	7.589	0,4
I.1.10. Outras Administradas SRF	4.383	0,2	4.774	0,2	4.409	0,2	4.536	0,2	4.618	0,2
I.1.11. REFIS e PAES	3.073	0,2	3.075	0,1	-	-	-	-	-	-
I.2. Arrec. Líquida INSS	108.434	5,6	123.673	5,9	121.948	5,8	123.323	5,9	123.714	5,9
I.3. Receitas Não Administradas	49.779	2,6	57.987	2,7	63.424	3,0	63.979	3,0	65.176	3,1
I.3.1. Concessões	1.274	0,1	2.027	0,1	2.520	0,1	2.401	0,1	2.401	0,1
I.3.2. Dividendos	4.854	0,3	4.954	0,2	11.166	0,5	10.771	0,5	10.659	0,5
I.3.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	4.287	0,2	5.011	0,2	4.813	0,2	4.820	0,2	5.005	0,2
I.3.4. Salário-Educação	5.764	0,3	7.183	0,3	6.468	0,3	6.690	0,3	6.814	0,3
I.3.5. Cota-Parte de Comp. Financeiras	15.234	0,8	18.763	0,9	18.124	0,9	18.733	0,9	18.780	0,9
I.3.6. Demais Receitas	9.233	0,5	10.511	0,5	10.585	0,5	10.592	0,5	11.297	0,5
I.3.7. Receita Própria (fts 50 & 81)	6.240	0,3	6.756	0,3	6.906	0,3	7.129	0,3	7.218	0,3
I.3.8. FGTS	2.893	0,1	2.781	0,1	2.843	0,1	2.843	0,1	3.002	0,1
I.4. Incentivos Fiscais	-7	0,0	-219	0,0	-219	0,0	-219	0,0	-219	0,0
II. TRANSF. A EST. E MUNICÍPIOS	85.956	4,4	90.128	4,3	89.566	4,3	90.895	4,3	91.135	4,4
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	405.258	20,9	455.774	21,6	453.951	21,5	458.506	21,8	458.595	22,0

Fonte SOF/MPOG. Dados de 2005, SRF/MF (receita administrada), STN/MF (receita não administrada)

Após o encerramento do 3º bimestre, e efetuada uma nova reavaliação das receitas e despesas primárias, configurou-se a possibilidade de uma ampliação de R\$ 4,8 bilhões nos limites para pagamentos sem comprometer as metas fiscais definidas na LDO. As novas projeções refletiam as perspectivas mais otimistas quanto à evolução da receita primária líquida e do déficit do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), além da redução em 0,05 pontos percentuais da meta de resultado primário do governo central (de 2,50% do PIB para 2,45% do PIB).

Com o transcurso do quarto bimestre, o Poder Executivo encaminha mais um relatório de reavaliação de receitas e despesas, onde efetuou reestimativa com base na arrecadação realizada até agosto de 2006 e nas projeções de desempenho da receita para os meses de setembro a dezembro. Tendo em vista a revisão de alguns indicadores macroeconômicos, particularmente a variação do PIB real (de 4,5% para 4,0%), ocorreu um decréscimo de R\$ 1,2 bilhão nas projeções da receita administrada pela Secretaria da Receita Federal, destacando-se as quedas na arrecadação do IPI, do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. Esse desempenho, contudo, é compensado pelas perspectivas otimistas para as receitas não administradas, notadamente para o item “Demais Receitas”, que isoladamente responde por um incremento de R\$ 705 milhões.

Por outro lado, a nova estimativa de despesas obrigatórias derivada da revisão dos parâmetros macroeconômicos, aliada ao incremento de R\$ 539,1 milhões no déficit do Regime Geral da Previdência Social determinou a necessidade de redução dos limites de empenho e movimentação financeira no montante de R\$ 1,6 bilhão, a ser realizada por meio do

Decreto nº 5.925, de 5 de outubro de 2006, alterando os termos do Decreto nº 5.861, de 2006, que regulamentou o contingenciamento do bimestre anterior.

2. Evolução da Receita Primária

A reprogramação orçamentária do quarto bimestre se traduz numa receita total do governo central de R\$ 549,4 bilhões, correspondendo a um acréscimo de R\$ 3,83 bilhões frente ao valor aprovado na LOA – 2006. Quando confrontados com o decreto de reavaliação do terceiro bimestre (Decreto nº 5.861/06), os números contidos no relatório do quarto bimestre indicam a manutenção dos mesmos níveis no valor da receita total.

No que tange à estimativa das receitas administradas, observa-se que as projeções apresentaram uma diferença a menor de R\$ 3,402 bilhões em relação ao montante aprovado na LOA. Essa discrepância deve ser creditada, em grande medida, a uma frustração na arrecadação esperada do imposto de importação, do IPI e da COFINS. Por outro lado, os dados da quarta reavaliação da receita evidenciam o excelente desempenho esperado para o imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, os quais deverão crescer, respectivamente, 11,7% e 9,3% no ano.

A se manter esse quadro, o montante das receitas administradas deverá alcançar a marca de 17,3% do PIB, configurando os mesmos patamares da carga tributária federal previstos na LOA 2006 e no realizado de 2005. Isso reflete um dado importante: as inúmeras medidas de desoneração tributária implementadas pelo governo federal, ao longo dos últimos meses não foram capazes de alterar o nível da carga tributária federal, sendo plausível supor que o volume da renúncia de receita estimada pelo governo federal em R\$ 9 bilhões esteja sendo devidamente compensada por acréscimos da tributação incidente sobre o lucro de empresas ligadas à atividade exportadora, notadamente do segmento de *commodities* (combustíveis, minerais metálicos, etc.).

A reprogramação das receitas não administradas, relativamente ao quarto bimestre, superou as projeções da LOA em R\$ 7,189 bilhões, assegurando, assim, um salto espetacular nessa rubrica, cuja participação no PIB passará de 2,6% em 2005 para 5,9% em 2006. Conforme já comentado em relatórios anteriores, esse desempenho decorre da evolução das receitas com dividendos que deverão mais dobrar no presente exercício.

3. Fatores Determinantes da Evolução da Receita

Quando comparados com os números previstos na LOA, verifica-se que algumas fontes de receitas primárias apresentaram variações dignas de menção. São elas:

a) Dividendos

O grande salto verificado na receita de dividendos, cujo valor corresponde a mais que o dobro do valor originalmente aprovado na LOA, decorre de reavaliações realizadas pelo Poder Executivo, tendo em vista o bom desempenho econômico-financeiro das empresas estatais em 2005 e 2006. As empresas estatais que mais contribuem para esse aumento são basicamente a Petrobrás, o BNDES, o Banco do Brasil, e a Caixa Econômica Federal. Somente os três bancos pagaram um total de quase R\$ 6,5 bilhões ao governo federal até agosto, correspondendo a cerca de 68% dos dividendos pagos no período. Conforme, registra

o quadro abaixo, uma parte dessa receita foi paga por meio da entrega de títulos públicos do Tesouro Nacional, o que significa que nem tudo reverterá em recursos livres para cobertura de despesas primárias.

**Dividendos Pagos
(Posição até 2/10)**

Empresa	R\$ Milhões	
	Numerário	Títulos
Banco da Amazônia	127	-
Banco do Brasil	1.833	-
Banco do Brasil (FGE)	432	-
BNDES	1.765	1.404
Caixa Econômica	-	1.100
Correios	300	-
Eletrobrás	138	-
IRB	130	-
Petrobrás	2.341	-
Demais	54	-
Total	7.120	2.504

Fonte: STN/MF

b) Imposto de Renda

O desempenho extraordinário na arrecadação deste imposto permitirá auferir um acréscimo de 2,28% em relação à receita prevista na LOA, a qual se mostra relevante, face à dimensão dos valores envolvidos. Conforme mencionamos na Nota Técnica nº 12, de 2006, isso é explicado pelo fator “esforço de arrecadação”, o qual passou a ser incorporado nas projeções de arrecadação pelo governo federal. Além disso, também é possível identificar perspectivas um tanto otimistas para a arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos do trabalho, com aumento de 27% no ano. Segundo o último relatório de reavaliação de receitas, a revisão para cima do aumento da massa salarial e alterações legislativas no prazo de recolhimento do imposto, introduzidas pela Lei nº 11.196/05, justificariam tal desempenho. Assim, mesmo com a correção de 8% na tabela de incidência do imposto de renda da pessoa física, será possível auferir níveis de receita superiores às projeções da lei orçamentária e do último decreto de reprogramação.

c) COFINS

De acordo com o Relatório de Reavaliação de Receitas do 4º Bimestre, a arrecadação da COFINS deverá alcançar R\$ 91,4 bilhões, uma redução de 2,8% frente àquela indicada na LOA –2006, de R\$ 94 bilhões. Os números da reavaliação do quarto bimestre mostram-se consentâneos com o desempenho da arrecadação até o mês de agosto, a qual tem evoluído de forma menos satisfatória que o esperado. Os benefícios fiscais concedidos a partir do início de 2006, com a edição da “MP do Bem”, notadamente quanto a desoneração nas vendas de microcomputadores, autopeças, lei em pó e queijo são bastante relevantes. Em vista disso, espera-se um crescimento nominal de 5,5% na arrecadação no ano, refletindo basicamente o crescimento do PIB no exercício.

d) IPI

A última projeção da receita do IPI registra um valor a menor de R\$ 993,3 milhões relativamente ao montante previsto na LOA. A nota metodológica que acompanha o relatório indica que os fatores que influenciaram a menor de arrecadação do IPI foram a valorização do câmbio e as medidas de desoneração tributária que permitiram reduzir as alíquotas sobre bens de capital e sobre insumos da construção civil, além da correção das tabelas de incidência do SIMPLES aplicável às micro e pequenas empresas.

4. Observações Finais

As informações constantes do Relatório de Reprogramação das Receitas e Despesas Primárias relativo ao 4º Bimestre de 2006 revelam poucas novidades em relação ao que já registrou o relatório do 3º bimestre. Os dados mais recentes registram a previsão de que o montante da receita total da União deverá superar o valor aprovado na lei orçamentária em cerca de R\$ 3,4 bilhões, o que corresponde a uma alteração de menos de 1%. Esse desempenho resulta de movimentos antagônicos observados na receita administrada e na não administrada, em que a redução de R\$ 3,4 bilhões da primeira é mais do que compensado pelo enorme salto de mais de R\$ 7 bilhões verificado na segunda.

Em vista destes fatores, espera-se um acréscimo na participação da receita do governo central em relação ao PIB, a qual deverá passar de 25,4%, em 2005, para 26,3%, em 2006. Esse aumento de quase um ponto percentual decorre, em grande parte, do forte impacto causado pelas receitas de dividendos, o qual, segundo as projeções do Poder Executivo não deverá a se repetir com a mesma intensidade no ano de 2007. Porém, o mais importante é que os números do relatório permitem antever a persistência do processo de aumento da carga tributária, notadamente da tributação direta, na forma do imposto de renda e da contribuição previdenciária, que, em conjunto, deverão aumentar sua participação em 0,6 pontos percentuais do PIB, um número nada desprezível, e que deverá alimentar ainda mais a insatisfação do contribuinte, que esperava o arrefecimento desse processo com medidas de desoneração fiscal.

Brasília, 6 de outubro de 2006.

Maria Emilia Miranda Pureza
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira